

Direito Processual Civil

1. É princípio informativo do processo civil o princípio:

- (a) Da inércia, significado que o processo se origina por impulso oficial, mas se desenvolve por iniciativa da parte.
- (b) Da congruência, significando que o juiz deve ser coerente na exposição de suas razões de decidir.
- (c) Da eventualidade, significando que as partes devem comparecer em todos os atos do processo, manifestando-se eventualmente.
- (d) Da instrumentalidade das formas, significando que o ato deve ser considerado em si mesmo, sem preocupações teológicas.
- (e) Dispositivo, significando que o juiz não pode conhecer de matéria a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

2. Fala-se que uma ação é idêntica à outra quando tiver:

- (a) A mesma natureza.
- (b) O mesmo pedido e as mesmas partes.
- (c) O mesmo pedido, e as mesmas partes e mesma causa de pedir.
- (d) O mesmo pedido e mesma causa de pedir.
- (e) Fundamentos e pedidos da mesma natureza.

3. Lauro ajuizou contra Elias ação sob o procedimento comum ordinário, com o objetivo de anular contrato que este assinara com Júlio para a construção de uma casa. Afirmou, na peça inicial, que, sendo sócio de Júlio, a execução dos serviços poderia levar seu sócio a dificuldades financeiras capazes de prejudicar sua atividade empresarial. Alegou, ainda, que o contrato seria nulo por erro substancial.

Nesta situação hipotética,

- (a) O juiz deve ordenar a emenda da inicial, para que se substitua Lauro por Júlio.
- (b) A inicial deve ser indeferida, visto que Lauro carece de legitimidade ad causam.
- (c) O juiz deve determinar a inclusão de Júlio no polo ativo da ação.
- (d) A inicial deve ser indeferida por ausência de possibilidade jurídica do pedido.

- (e) A inicial não apresenta defeitos e deverá ser recebida, e o réu, citado.
4. Demandando sozinho para responder pela totalidade da dívida, poderá o devedor solidário utilizar-se do instituto.
- (a) Da denúncia da lide.
 - (b) Do chamamento ao processo.
 - (c) Da assistência litisconsorcial.
 - (d) Da nomeação à autoria.
5. Considere as assertivas abaixo sobre prova cível.
- I. A regra do ônus da impugnação especificada dos fatos, sob pena de presunção de veracidade, não se aplica ao defensor dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.
- II. A parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.
- III. É defeso, a quem ainda não depôs, assistir ao interrogatório da outra parte.
- Quais são corretas?
- (a) Apenas I
 - (b) Apenas II
 - (c) Apenas III
 - (d) Apenas I e II
 - (e) I, II e III

Direito Constitucional

6. Assinale a alternativa correta:
- (a) Os direitos fundamentais não são absolutos. Isso posto, a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo poderão sofrer restrições em face das disposições da Constituição Federal.
 - (b) A censura de natureza política, ideológica ou artística se justifica quando atende ao princípio da razoabilidade.
 - (c) Compete à lei estadual regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que

não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.

(d) A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.

7. Sobre os direitos e garantias fundamentais na Constituição brasileira de 1988 é correto afirmar:

(a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial e para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

(b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior pelo uso e eventual dano.

(c) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

(d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.

(e) São gratuitos, para os brasileiros, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

8. São assegurados pela Constituição brasileira de 1988, EXCETO:

(a) A livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

(b) A inafiançabilidade, a imprescritibilidade e a insuscetibilidade de graça ou anistia do crime definido como hediondo.

(c) A prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, nos termos da lei.

(d) A plena liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

(e) O direito de propriedade, que atenderá a sua função social.

9. Nossa ordem constitucional estabelece institutos de democracia semidireta, dentre os quais:

- I. A iniciativa popular, exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- II. O referendo, podendo ser utilizado pelo Congresso Nacional nos casos em que este decidir ser conveniente, indicado em casos específicos como para a formação de novos Estados e novos Municípios.
- III. O plebiscito, espécie de consulta popular semelhante ao referendo, mas o único apto a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.

Está correto apenas o contido em:

- (a) I.
- (b) II e III.
- (c) III.
- (d) II.
- (e) I e III.

10. A respeito do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assinale a assertiva correta:

- (a) É órgão do Poder Executivo, com atribuição de exercer o controle externo do Poder Judiciário.
- (b) Compõe-se de doze membros, entre os quais dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- (c) Compete-lhe, entre outras atribuições, a de aplicar pena de demissão aos juízes.
- (d) Integra-o o Procurador-Geral da República, como representante do Ministério Público.
- (e) É presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que fica excluído da distribuição de processos nesse Tribunal.

Direito Civil

11. Assinale a alternativa correta:

- (a) É possível o ato de disposição do corpo após a morte, no todo ou em parte, para qualquer finalidade.
- (b) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, somente podendo sofrer limitações ao seu exercício por vontade do titular ou pela lei.
- (c) Toda pessoa tem direito ao nome, compreendidos o pronome e o sobrenome, e o pseudônimo utilizado para atividades lícitas.
- (d) Caso haja ofensa ou ameaça de ofensa aos direitos da personalidade da pessoa falecida, a legitimidade para requerer medidas judiciais pertence ao espólio.

12. A pessoa jurídica “X” que tem sede na Capital do Estado e estabelecimento em diversos municípios do interior, em um desses municípios contratou os serviços da oficina mecânica “Y” para manutenção de seus veículos mas não pagou pelos serviços prestados. Tendo “Y” de demandar a devedora no domicílio dela, é possível ajuizar a ação:

- (a) Somente na Capital do Estado, porque nela se encontra a sede da devedora.
- (b) Em qualquer comarca, dentro da qual a devedora possua estabelecimento.
- (c) Na comarca a que pertencer o município no qual o contrato foi celebrado.
- (d) Apenas na comarca a que pertencer o município onde se encontrar o principal estabelecimento da devedora.
- (e) Em qualquer comarca do Estado, de livre escolha do credor, porque o domicílio na Capital estende seus efeitos para todo o limite territorial do Estado.

13. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Úteis são as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso do bem
- (b) O bem naturalmente divisível só pode se tornar indivisível por disposição legal.
- (c) Considera-se imóvel qualquer material retirado temporariamente de uma edificação para nela ser reempregado.

(d) Ainda que não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

(e) Considera-se posse de boa-fé, quando o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

14. Sobre os defeitos do negócio jurídico, é INCORRETO afirmar que:

(a) Só o erro substancial anula o negócio jurídico.

(b) O dolo acidental anula o negócio jurídico.

(c) O erro de indicação da pessoa ou coisa, a que se refere a declaração de vontade, não viciará o negócio quando se puder identificar a coisa ou a pessoa cogitada.

(d) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro.

(e) Podem anular o negócio jurídico fraudulento os credores cuja garantia se tornou insuficiente.

15. A respeito da validade dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

(a) A incapacidade relativa de uma das partes do negócio jurídico cujo objeto consista em entregar um cavalo de corrida não poderá aproveitar aos co-interessados capazes, haja vista que esse instituto existe para proteção jurídicas dos incapazes.

(b) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, mas pode convalidar com o decurso de tempo, uma vez que a pretensão não pode ser exercida a qualquer tempo.

(c) Tendo sido pactuada cláusula penal em negócio jurídico, caso venha a ocorrer a invalidade da obrigação principal, a cláusula penal, por consequência também perecerá em razão do mesmo vício.

(d) Se duas partes entabularem negócio jurídico e estabelecerem que este só valerá mediante instrumento público, então a prova de sua existência dependerá deste instrumento, embora dele não dependa sua substância.

(e) As nulidades dos negócios jurídicos podem ser alegadas por qualquer interessado e até mesmo pelo MP, ainda quando não lhe caiba intervir no feito, haja vista que a nulidade pode ser, inclusive, pronunciada de ofício pelo juiz.

Direito Penal

16. Antônio, funcionário público, exige de Pedro, para si, em razão da função, vantagem indevida, consistente em certa quantia em dinheiro. Pedro concorda com a exigência e combina com Antônio um local para a entrega do dinheiro, mas Antônio é preso por policiais, previamente avisados do ocorrido, no momento em que ia recebê-lo.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Antônio cometeu crime de extorsão consumado.
- (b) Antônio cometeu crime de concussão consumado.
- (c) Antônio cometeu crime de extorsão tentado.
- (d) Antônio cometeu crime de concussão tentado.
- (e) Trata-se de crime impossível, em razão de flagrante preparado.

17. Maria de Souza devia R\$ 500,00. (quinhentos reais) a José da Silva e vinha se recusando a fazer o pagamento havia meses. Cansado de cobrar a dívida de Maria pelos meios amistosos, José decide obter a quantia que lhe é devida de qualquer forma. Ao encontrar Maria fazendo compras no centro da cidade, José retira a bolsa das mãos de Maria, puxando-a com força. A fivela da alça causa uma lesão leve no braço de Maria, José abre a bolsa de Maria, constatando que ela levava consigo R\$ 2.000,00. (dois mil reais), e pega R\$500,00. (quinhentos reais), deixando a bolsa com os pertences de Maria no chão. Qual será a punição para o crime praticado por José?

- (a) Incidirá na pena de roubo simples.
- (b) Incidirá na pena de furto simples.
- (c) Incidirá nas penas de exercício arbitrário das próprias razões.
- (d) Incidirá nas penas de exercício arbitrário das próprias razões, além da pena correspondente a violência.
- (e) Incidirá nas penas de exercício arbitrário das próprias razões, além da pena de furto simples.

18. Pode-se afirmar que a Lei nº11.343/06, no que diz respeito à conduta de trazer consigo ou adquirir para uso pessoal drogas,

- a) Descriminalizou a conduta.
- b) Despenalizou a conduta com supressão da pena.
- c) Transformou a conduta em contravenção penal.

- d) Abrandou a punição, todavia a conduta continua prevista como crime.
- e) Agravou a punição da conduta, que agora deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, não podendo ser substituída por pena restritiva de direitos.

19. Em relação aos crimes contra a violência doméstica, analise as afirmações e em seguida assinale a alternativa correta.

I. Por expressa determinação legal não se aplicam aos crimes praticados com violência doméstica os dispositivos da Lei nº 9.099/95.

II. O juiz, ao constatar a prática de violência doméstica, poderá determinar que o agressor não tenha contato com a ofendida.

III. Os crimes contra a violência doméstica serão julgados perante o Juizado Especial Criminal e terão prioridade no julgamento.

- (a) I e II, somente.
- (b) I e III, somente.
- (c) Somente I.
- (d) Somente II.

20. Segundo a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares.

- a) Leves e médias são especificadas por lei federal.
- b) Graves só podem ser cometidas pelo condenado à pena privativa de liberdade.
- c) Apenas são punidas na forma consumada.
- d) Que também correspondam à prática de crime doloso sujeitam o preso à sanção disciplinar, excluída a sanção penal.
- e) Também sujeitam o preso provisório à sanção disciplinar.

Processual Penal

21. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Depende da aceitação do querelado a extinção da punibilidade pelo perdão do ofendido.
- (b) No julgamento das apelações o Tribunal poderá proceder a novo interrogatório do acusado.
- (c) Ministério Público poderá desistir da ação penal.

- (d) Não pode ser incluído na lista geral de jurados aquele que tiver integrado o Conselho de Sentença nos últimos 12 meses antecedentes à publicação daquela.
- (e) No primeiro grau a carta testemunhável será requerida ao escrivão.

22. A decadência nos crimes da ação penal privada ocorre, segundo disposição do Código de Processo Penal, no prazo de:

- (a) Seis meses contado da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.
- (b) Seis meses contado da data em que o crime foi praticado.
- (c) Seis meses contado da data em que o crime foi comunicado á autoridade policial.
- (d) Três meses contado da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.
- (e) Três meses contado da data em que o crime foi praticado.

23. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, tendo-se por perspectiva as hipóteses a seguir, o querelante:

- (a) Deixa de promover o andamento do processo durante 90 (noventa) dias.
- (b) Renunciar a pedir a punição do corréu.
- (c) Deixar de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias.
- (d) Não souber do perdão extraprocessual concedido.
- (e) Expressamente deixar de pedir notificação do réu.

24. Relativamente ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato, aplicando, porém em todas as suas manifestações, os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- b) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por falta de base para a denúncia.
- c) O inquérito deverá terminar o prazo de 30 dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto.
- d) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa quando servir de base a uma ou outra.

e) O indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.

25. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, tendo-se por perspectivas as hipóteses a seguir, o querelante:

- (a) Deixar de promover o andamento do processo durante 90 (noventa) dias;
- (b) Renunciar a pedir a punição do réu;
- (c) Deixar de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias;
- (d) Não souber do perdão extraprocessual concedido;
- (e) Expressamente deixar de pedir a notificação do réu.

Juizado Especial

26. Em relação ao procedimento previsto na Lei nº 9.099, de setembro de 1995, é correto afirmar que:

- a) Admite o procedimento de todas as demandas executórias até o limite de valor estabelecido na referida lei, ainda que não se trate dos julgados prolatados sob a sua égide;
- b) O recurso respectivo, regra geral, terá efeito devolutivo e suspensivo;
- c) A assistência por advogado é obrigatória apenas nas causas de valor superior a trinta salários mínimos; caso se trate de valor inferior, será facultativa;
- d) Admite o processamento de causas cíveis de menor complexidade, assim entendidas aquelas cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo.

27. A sentença, nos Juizados Especiais Cíveis,

- a) É válida, integralmente, ainda que condene a valor que exceda a alçada dos processos correspondentes, em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas;
- b) Pode ser ilíquida se condenatória, desde que genérico o pedido, liquidando-se o montante nos próprios autos;
- c) Mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório;
- d) É recorrível perante o próprio Juizado ou perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, a critério da parte sucumbente;

e) Tem como requisitos essenciais, o relatório, os fundamentos e a parte dispositiva.

28. Nos processos relativos aos Juizados Especiais Cíveis

a) Não há preparo recursal;

b) Admite-se sentença condenatória por quantia ilíquida, desde que genérico o pedido;

c) É cabível a interposição de recurso para o próprio Juizado, bem como agravo, embargos de declaração e embargos infringentes;

d) O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável à parte;

e) Mesmo em grau recursal, as partes prescindem da presença de advogado para representá-las nos autos.

29. Em execução de título executivo extrajudicial de valor inferior a quarenta salários mínimos processada em Juizado Especial Cível, em consonância com a Lei 9.099/95, efetuada a penhora:

a) O devedor dela será intimado para oferecer embargos no prazo de quinze dias;

b) O devedor dela será intimado para oferecer proposta de pagamento no prazo de dez dias, pena de adjudicação do bem penhorado;

c) O devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente;

d) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

30. A suspensão condicional do processo prevista no artigo 89 da Lei nº 9.099/95

a) É aplicável tão somente às infrações de menor potencial ofensivo;

b) É cabível na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça;

c) Exige necessariamente a reparação do dano;

d) É cabível no crime continuado, ainda que a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto seja superior a um ano, conforme súmula do Supremo Tribunal Federal.